

REFORMA AGRÁRIA E MEIO AMBIENTE: SUPERANDO PRECONCEITOS CONTRA O RURAL

Dulce C. A. Whitaker¹

Resumo: Reflexões a partir de trabalhos da autora, mas apoiadas também em outros autores que investigam o rural no Brasil. Contemplam-se aqui dois eixos principais, que acabam se interligando: a questão da ideologia urbana industrial e seus preconceitos contra o rural, que hoje se multiplicam, obstaculizando a ação dos movimentos sociais pela reforma agrária; e a necessidade de se dar realce ao papel da pequena propriedade rural como produtora de alimentos e benefícios ambientais, o que de certa forma permite combater o preconceito.

Palavras-Chave: Assentamentos de Reforma Agrária; Pequena Propriedade x Agronegócio; Ideologia Urbanoindustrial; Preconceito Contra o Rural.

Abstract: *Reflections on the author's works, but also including exploratory researches by other authors who have been investigating Brazilian farming subjects. Two major points are emphasized here, and along their route it is established a connection between them: the urban industrial ideology subject and its prejudices against the rural issue, which today is spreading, hampering the actions on social movements for agrarian reform; and the need to highlight the role of small rural property as a food producer and beneficial to the environment, so that it allows to fight prejudice.*

Keywords: *Agrarian Reform Settlements; Small Property vs. Agribusiness; Urban Industrial Ideology; Prejudice against the Rural.*

Introdução

Este ensaio busca enfatizar alguns liames entre os assentamentos de Reforma

¹Professora/pesquisadora do programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP Araraquara.

Agrária e as necessidades de restauração da natureza, face às ações devastadoras dos grandes cultivos (leia-se agronegócio) a partir da ainda impropriamente chamada Revolução Verde.

Esse primeiro parágrafo já exige que se estabeleça uma primeira diferença entre dois tipos de rural: aquele do pequeno produtor de alimentos, que nele reside e aquele que dá continuidade histórica ao atraso da monocultura e do latifúndio, cujo proprietário, dito ruralista, mora na cidade. Ou seja, é um ator social urbano, com forte presença no Congresso Nacional e relações pragmáticas com os outros dois poderes.

Daí a importância de se desvelar, na ideologia urbanoindustrial, os preconceitos que obscurecem o papel da pequena propriedade na produção de alimentos e os serviços ambientais prestados por muitos camponeses, especialmente os assentados da Reforma Agrária.

Tornar clara as complexas relações que o latifúndio improdutivo mantém com os poderosos não é fácil. Mas para que se tenha idéia desses poderes emanados do atraso, basta acompanhar a "Reforma Agrária às avessas" realizada no Estado de Tocantins e apresentada em reportagem primorosa (e dolorosa) pela revista Carta Capital de 25 de novembro (FORTES, 2009). Nela se descreve o processo através dos quais "47 felizardos" foram beneficiados com milhares de hectares de terra a R\$ 8,00 (oito reais) cada um. No topo da lista, nada mais nada menos do que uma senadora, presidente da C. N. A. (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária) aquela mesmo que vive investindo contra os trabalhadores sem terra, acusando-os de serem financiados ilegalmente para invadir terras no país. Conforme a reportagem de Leandro Fortes:

Um ambiente de agricultura familiar mantido ao longo de quase meio século por um esquema de produção de alimentos de forma ecologicamente sustentável for remarcado em gleba de latifúndio e entregue a dezenas de indivíduos ligados ao governador Siqueira Campos (p.29).

Pesquisas na assim chamada área de Estudos Rurais, que se torna cada vez mais transdisciplinar, reafirmam há décadas que a produção de alimentos é mais intensa na pequena propriedade rural. Sociólogos, economistas e agrônomos que não se venderam ao grande capital agroindustrial têm apresentado um acervo considerável de publicações, cujos dados comprovam o fenômeno em variadas direções. Enquanto isso, o último Censo Agropecuário do IBGE confirma a importância da pequena propriedade para a produção de alimentos. Graças ao caráter de confiabilidade desse tradicional Instituto, seus resultados foram divulgados pela mídia, alcançando

a opinião pública como um todo. Mas a força do latifúndio não pode ser menosprezada e então, com incrível rapidez foi encomendada uma "pesquisa" para negar os dados do IBGE e a mídia, subserviente ao poder, deu voz aos representantes do latifúndio, que saíram a campo chamando os assentamentos de Reforma Agrária de favelas rurais.

É preciso, portanto, enfatizar que esse agronegócio, que modernizou o latifúndio no Brasil, não tem como função exatamente a produção de alimentos. O que produz corresponde ao conceito de "commodities". Ou seja, na versão contemporânea do Brasil colônia, continua-se a prática de produzir para o mercado externo, tal como evidenciado por Caio Prado Jr. em seus estudos de História Econômica (PRADO JR., 1963).

Mas a pequena produção resiste, e graças à nossa incipiente Reforma Agrária, se amplia, de quebra prestando serviços ao meio ambiente. Os preconceitos contra o rural tradicional também resistem e estão aí para serem utilizados pela ideologia do agronegócio. Mas preconceitos não acontecem por acaso. Eles brotam da dominação e compõem cirandas perversas no gigantesco caleidoscópio das ideologias, com suas descontinuidades, ilusionismos e inversões.

As sociedades industriais se urbanizaram e produziram teorias para supervalorização das cidades, em detrimento do rural, que seria o lugar do atraso e da ausência de consciência política. Revoluções camponesas são cuidadosamente escondidas (ou difamadas) enquanto se ensina nas escolas que as grandes civilizações da antiguidade oriental brotaram das cidades. Ninguém observa que os tais grandes impérios, com suas cidades, tiveram suas origens na abundância de grãos obtidos nas várzeas dos grandes rios da Índia, da China e do Crescente Fértil. Vistas dessa forma, as chamadas grandes civilizações orientais (e suas cidades) foram frutos da agricultura e brotaram, portanto, do rural. Este seria um exemplo clássico da inversão de causas e efeitos que caracteriza a ideologia, tal como teorizado por Marx e Engels (1980).

Ignora-se a partir daí que o desenvolvimento da Astronomia e da Geometria, entre outras ciências, derivou da necessidade de se prever as cheias do Nilo e sua extensão sobre a várzea para produção do alimento, no antigo Egito.

A dificuldade de se reconhecer o valor da zona rural e da produção de alimentos nas formações históricas deriva do poder do urbano sobre o rural, que se formou a partir da Renascença e se consolidou após a Revolução Industrial. Com base nesse continuum histórico, uma vasta gama de preconceitos foi sendo elaborada e chega a atuar como obstáculo epistemológico à compreensão do rural, inclusive em estudos científicos (WHITAKER, 2002).

Mas é a partir da mídia, associada ao poder do atraso, que tais preconceitos se fortalecem. Por exemplo, designar assentamentos de Reforma Agrária como favelas

rurais, logo em seguida aos resultados do último Censo Agropecuário do IBGE, é contar como certo que uma classe privilegiada urbana participa do preconceito. Ora, nada mais distante da favela do que morar na zona rural. Favela já é conceito histórica e sociologicamente ligado aos estudos urbanos. Favelas são amontoados urbanos de moradias precárias, com altíssima densidade demográfica, cheias de pessoas (e hoje até de eletrodomésticos) vivendo em condições insalubres e perigosas nas encostas de morros ou ao longo de lixões ou alagados. Já, viver na zona rural significa dispersão pela paisagem, o que por si estabelece a impossibilidade da aplicação do conceito às moradias do campo. Na zona rural não há separação entre vida (morar) e trabalho, tal como no espaço urbano. Ainda que pobres e destituídas de bens de consumo (o que, no entanto, vai se modificando para os pequenos agricultores de sucesso) essas moradias envolvem modos de vida radicalmente diferentes dos daqueles que vivem na cidade, graças à qualidade dada pela natureza.

Nesses espaços, respira-se ar bem menos poluído e as condições só serão insalubres se o entorno estiver constituído pelo agronegócio. Moradias na zona rural não ocupam morros e suas encostas porque há amplidão do espaço. Há diferenças ainda mais expressivas (questões do trânsito e da violência). Mas o que impulsiona este ensaio não é exatamente equacionar diferenças.

Pretende-se aqui argumentar contra a força dos preconceitos, em relação ao rural que facilitam a ideologia na medida em que a classe média não hesita em repetir os descabros que os porta-vozes do agronegócio inventam.

A intenção deste artigo é um pouco fornecer dados dos meus estudos que ajudam a desvelar parte desses preconceitos, abrindo brechas na ideologia urbanoindustrial e enfatizando as possibilidades dadas pela existência dos pequenos assentamentos rurais, que com suas ações voltadas à formação de mosaicos de diversidade, prestam serviços ambientais dignos de serem reconhecidos e até mesmo recompensados.

Embora o pequeno agricultor também seja obrigado a usar pacotes tecnológicos, dada as exigências da racionalidade instrumental que nos obriga a todos, às idéias de "produtividade", o fato de produzir em mosaicos complexos de diversidade agrícola, diferencia seu sítio dos grandes cultivos e cria brechas para preocupações e cuidados com o meio ambiente, impossíveis nas grandes extensões homogêneas totalmente destituídas de mosaicos dos grandes cultivos modernizados do latifúndio, que estão sendo celebrados hoje sob o sugestivo nome de agronegócio.

Passemos então ao texto principal, no qual outros preconceitos serão discutidos.

Enfrentando os Preconceitos

Não se pode descartar a questão da natureza, quando se trabalha com temas

rurais, seja em Sociologia, seja em Antropologia, seja em qualquer outra área das ciências humanas. O pano de fundo dado pelo meio ambiente é fundamental para compreensão do mundo rural e da ruralidade que, no caso brasileiro é um pouco a raiz de todos nós. A valorização do rural deveria também ser fundamental para aqueles que preocupados com a sobrevivência do planeta e da humanidade, militam em defesa do meio ambiente e trabalham pela preservação da natureza (ou comungam com essas idéias, ou afirmam apoiá-las).

No entanto, há obstáculos ideológicos que impedem a opinião pública de compreender as ligações essenciais entre a necessidade de Reforma Agrária e a conseqüente reconstrução de parte da natureza destruída pelos grandes cultivos.

O primeiro passo para desmistificar esses obstáculos é compreender a valorização do rural em seu significado exato. Obviamente, quando falamos em valorização do rural, não estamos falando em qualquer rural. Estamos falando de um rural comprometido com a terra enquanto mãe-natureza - aquela que nos mata a fome com seus generosos frutos. Não estamos falando de ações que esgotam a terra e extraem dela mais do que poderia ou deveria produzir. Não estamos, portanto, falando de produtividade e agronegócio, porque este apenas devasta a natureza, para obter através dela os grandes lucros que permitem a acumulação do Capital (esta, aliás, bem longe do campo, mais provavelmente em outro país que não o nosso). Estamos, ao contrário, falando de Reforma Agrária, de produção de alimentos, de diversidade agrícola, e de multifuncionalidade no mundo rural. Rejeitamos, portanto, a homogeneidade dos grandes cultivos que, no caso brasileiro, por exemplo, produz soja para alimentar o gado europeu, laranja para exportação de sucos, cana para transformação em combustíveis. Ou seja, aquela produtividade que não nos mata a fome, muito pelo contrário...

O Brasil contabiliza mais de duas décadas de políticas da Reforma Agrária, que a partir da abertura política do final dos anos 1970 se intensificou, por exemplo, no Estado de São Paulo com as eleições diretas para governadores no início dos anos 1980. Embora não tenha sido uma Reforma Agrária radical, tal como preconizada pelas forças sociais mais progressistas (o que se explica por fatores históricos que não se necessita recordar aqui) o balanço dos seus resultados nos últimos 20 anos não pode ser considerado desprezível, graças às reivindicações do movimento social, que de diferentes formas pressionou e pressiona o Estado para dele arrancar novas concessões.

Entendemos que políticas públicas e ações afirmativas devem ser implementadas para manter e alargar tais conquistas uma vez que, grandes problemas do país, como a reconstrução do meio ambiente, por exemplo, passam pela questão da pequena propriedade - ou seja, exigem uma Reforma Agrária mais abrangente, já que o agronegócio dos grandes cultivos apenas devora a natureza, desarticulando os ecossistemas.

Dentro do quadro de reconstrução do meio ambiente e busca da diversidade agrícola - evidente em muitos assentamentos do país (VELÔSO, 2002; VELÔSO, 2005), e por nós avaliado nos diferentes núcleos da Fazenda Monte Alegre em Araraquara (WHITAKER, 2002; WHITAKER, 2003), tenho me preocupado com questões relativas à reconstrução cultural e à educação escolar como fatores em consonância com o resgate necessário da natureza.

Nesse sentido, a questão da escolarização da juventude nos parece crucial, não só para a preservação dos assentamentos, como conseqüentemente para o encaminhamento da problemática ambiental.

Estudando a questão da juventude nesses assentamentos, pudemos observar resultados interessantes que contrariam crenças infundadas, presentes no discurso da mídia e até mesmo de pesquisadores bem intencionados, no que se refere à manutenção e ampliação da política de Reforma Agrária. Por exemplo, em relação às aspirações por educação superior, acredita-se, a partir das Teorias Sociológicas, que as oportunidades objetivas de conseguir chegar à Universidade destroem as esperanças subjetivas que animam os jovens das camadas desprivilegiadas da sociedade (BOURDIEU, 1998). No entanto, no que se refere a essas aspirações, nos assentamentos, pudemos descobrir que elas resistem, e não só no discurso dos muitos jovens. Ou seja, esperanças subjetivas nem sempre são destruídas. Assim, entrevistas com adolescentes, jovens adultos (e também idosos) realizadas nos últimos quatro anos, desvelam representações sociais relativas a questões fundamentais para sobrevivência dos assentamentos, com resultados que contrariam as crenças referidas acima, conforme será explicitado adiante.

Os preconceitos contra o rural na sociedade urbano-industrial são de tal intensidade que acabam fortalecendo equívocos e atuando como obstáculos ao conhecimento, inclusive em trabalhos de jovens pesquisadores não suficientemente armados da "vigilância epistemológica" aconselhada ao ofício de sociólogo (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 1993).

Tais preconceitos atuam no imaginário social de forma a atingir os pobres do campo, especialmente aqueles que lutam pela Reforma Agrária, apresentados constantemente pela mídia como atrasados, incompetentes, engraçados, pitorescos, quando não perigosos baderneiros - um processo que visa exatamente desqualificar suas lutas e afastar a atenção do público sobre seus direitos².

²Não vou me deter aqui sobre a perversidade dos preconceitos que atingem os homens do campo e principalmente os assentados da Reforma Agrária. Para tal veja-se Whitaker (2002) e também Whitaker e Souza (2006).

A questão do meio ambiente no Brasil é questão bastante controversa. Empresas devastadoras como as fábricas de papel, cuja ação deletéria sobre o meio ambiente deveria ser denunciada, são premiadas pelos seus "programas ambientais". Bancos de grande porte, cujos cartões de crédito atuam noite e dia, dia e noite no consumo desvairado de objetos inúteis, cuja produção esgota reservas energéticas e recursos de toda ordem, são apresentados pela mídia como campeões na defesa da mata atlântica e de outros ecossistemas do país. Entra-se num banco ou empresa de grande porte, em pleno meio dia e as luzes estão acesas porque foi preciso fechar as persianas para fazer funcionar os aparelhos de ar condicionado. Reservas de combustíveis fósseis que a natureza levou bilhões de anos para formar e acumular são queimadas e evaporadas ali em poucas horas (WHITAKER, BEZZON, 2006). Mas quando um grupo de famílias esfomeadas ocupa um latifúndio e derruba eucaliptos para poder plantar alimentos, o "bom-mocismo" da imprensa excita a opinião pública contra a Reforma Agrária porque tais ocupações podem afetar o meio ambiente.

Realmente a força da ideologia é espantosa! Para ilustrar o que dizemos vamos recordar aqui uma experiência que vivemos, enquanto pesquisadores, em confronto com a grande imprensa, para corrigir uma informação preconceituosa e ideologicamente comprometida com o "status quo" que um jornal exibiu sem pudores no final dos anos 90. O caso está narrado em detalhes no livro **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**.

Àquela época, estávamos eu e meu grupo de bolsistas, fazendo o levantamento da expressiva diversidade agrícola que já caracterizava os núcleos de assentamentos da Fazenda Monte Alegre, na região de Araraquara, quando fomos surpreendidos por uma reportagem da grande imprensa, que dizia denunciar a destruição ambiental na região, provocada por "invasões" (sic) dos sem-terra. O título da reportagem por si só da conta da perversidade ideológica do texto e dos processos midiáticos - "Sem-terra devastam três Fernando de Noronha". Com efeito, usar o nome de um paraíso ecológico como metáfora para áreas de reflorestamento que já foram devastadas pela própria ação dos eucaliptos faz lembrar o velho contraponto entre "ignorância e má-fé" Como não se pode atribuir a um repórter a pecha de ignorante é forçoso reconhecer as intenções maldosas na edição da matéria.

Para nos contrapormos a esse absurdo, tivemos que produzir dois textos: aquele que mandamos para o jornal em questão, em defesa da ação benéfica dos assentados - que não conseguimos ver publicado; e aquele que conseguimos fazer publicar, após desesperados esforços de toda equipe, junto ao "ombudsman" do jornal para furar o bloqueio às nossas considerações sobre a reportagem.

O primeiro texto expressava com certa riqueza de detalhes, os benefícios que assentados de Reforma Agrária trazem ao meio ambiente, em curto prazo, apenas

substituindo eucaliptos ou outras formas de homogeneização da natureza, por suas práticas tradicionais e/ou inovações alternativas que conseguem consolidar. O segundo texto, resolvido por telefone, empobreceu nossa argumentação já que a condição do pequeno número de linhas era "*sine qua non*" para a publicação, o que deu ao jornalista de plantão a oportunidade de podar toda a "carne e o sangue" de nossa argumentação reduzindo-a ao seu "esqueleto" - característica, aliás, do que está morto (WHITAKER, 2002).

Embora reconhecendo que repórteres nem sempre são culpados por suas avaliações, já que também são vítimas do processo ideológico, entendemos, no entanto, que pessoas que passaram pela universidade têm a oportunidade e obrigação de perceber o real de forma menos comprometida com a Ideologia da dominação. Os obstáculos por eles enfrentados, entretanto, para conseguir e manter seus empregos são talvez a causa mais atuante na reprodução dos preconceitos e da ideologia.

É preciso observar também que a questão ambiental é uma das que mais se presta à proliferação dos preconceitos contra o homem rural. Visto como o "outro" da supervalorizada cultura urbanoindustrial, o habitante do campo é responsabilizado pelo atraso a que é submetido pelo poder público porque "não tem interesse em progredir". Mas quando reage, exige, avança, é acusado de destruir a natureza com suas práticas e técnicas (quando modernizadas). Ou seja, se vive em equilíbrio ecológico em relação à natureza é fator de atraso, se moderniza suas ações está destruindo a natureza (WHITAKER, 2002).

Em nossas avaliações esse tipo de preconceito faz parte de um conjunto de idéias pré-concebidas que são divulgadas constantemente pela mídia, e que infelizmente são muitas vezes reproduzidas em trabalhos acadêmicos, em ambientes nos quais não deveriam ocorrer. Vamos elencar alguns desses preconceitos, para desvelar o processo ideológico através do qual tenta-se desqualificar um movimento social - qual seja o da luta pela terra, negando a seus protagonistas o reconhecimento de suas verdadeiras potencialidades, desmerecendo dessa forma suas lutas.

O processo começa pela desqualificação das aspirações dos jovens. Assim, - acredita-se que os jovens não estão dispostos a permanecer nos assentamentos de Reforma Agrária e propaga-se esta crença através da mídia, enquanto estudos bem fundamentados mostram que os assentamentos, tal como planejados é que não oferecem condições para essa permanência (CASTRO, 2005) enquanto outros estudos ainda desvelam jovens estudantes ansiosos por progredir nos estudos sem abandonar a terra que seus pais lutaram para conquistar (MACHADO, 2000).

- Acredita-se ainda que os jovens rurais não conseguem desenvolver aspirações pelo ensino superior, quando nossos estudos captaram tais aspirações (WHITAKER, ONOFRE, 2003; WHITAKER, ONOFRE, 2006; WHITAKER, ONOFRE, PAIVA, 2006)

- Proclama-se que os assentados da primeira hora estão envelhecendo, o que transformaria os assentamentos em "Asilos de Velhos", uma metáfora equivocada, já que "asilo" significa exclusão, enquanto morar num assentamento significou para esses atores sociais justamente a inclusão. Ainda que permaneçam sem os filhos nos assentamentos, suas memórias e suas representações sociais devem ser estudadas para ver que significado dão a essa situação³.

- Em relação às crianças, acredita-se que sofrem impactos negativos quando suas famílias se integram aos assentamentos, mas investigações realizadas nos assentamentos de Araraquara mostram exatamente o contrário (FIAMENGUE, 1996; WHITAKER, FIAMENGUE, 2000). O preconceito contra crianças dos assentamentos foi detectado em pesquisa realizada junto a professores das escolas urbanas que recebiam essas crianças (ARAÚJO, 1997) e constitui uma das provas de que é preciso dar voz aos sujeitos historicamente situados, que estão se constituindo como categoria sociológica diferenciada e devem ser compreendidos nas suas especificidades (WHITAKER, FIAMENGUE, 1995).

Outro preconceito fortemente divulgado pela mídia na sociedade como um todo é o de que os assentamentos de Reforma Agrária contribuem para a devastação ambiental. Acusando-os de derrubar árvores para fazer seus cultivos, como se fosse possível fazê-los de outra forma, a mídia não se dá conta de que as árvores derrubadas são, na maior parte das vezes, espécies exóticas como eucaliptos, resultados de uma devastação anterior. Nossos estudos na região de Araraquara (WHITAKER, 2003; WHITAKER, FIAMENGUE, 2000), bem como estudos realizados em diferentes áreas do país (VELÔSO, 2005) mostram exatamente o contrário e apontam para a Reforma Agrária como instrumento capaz de recompor a diversidade agrícola e melhorar as condições ambientais no campo.

Conforme se pode observar, a visão que o senso comum constrói para os assentados de Reforma Agrária, nega o papel da juventude como transformadora (já que estariam indo embora, o que se afirma sem nenhuma apresentação de dados que possam comprovar tais "teses"). Mas ao mesmo tempo, se desmerece o papel dos idosos no mesmo local, como se eles não fossem merecedores de permanecer ali naquele espaço que ajudaram a construir, como assentados, durante mais de duas décadas. Assim, os jovens são pensados como descompromissados em relação à terra que habitaram na

³Realizamos estudos com assentados em processo de envelhecimento. Em entrevista obtida recentemente temos um senhor de 67 anos, cujos filhos foram para a cidade, mas ainda assim trabalha a terra e produz, mantendo expectativas positivas com relação ao futuro e aspirações a educação superior.

infância e os mais velhos são pensados como inúteis - se não tiverem filhos para trabalhar por eles. E nem as crianças escapam: visões equivocadas são divulgadas até mesmo em Congressos de Sociologia Rural e poucos dão voz às crianças para que expressem o que sentem (WHITAKER, FIAMENGUE, 2000).

Mas o desenvolvimento das idades da vida, bem como, as mudanças provocadas pelo tempo acontecem sempre num quadro de transformações ambientais. E então para jogar a "pá de cal", após tantas avaliações negativas, jornalistas acusam o assentado de devastar a natureza, obviamente sem nunca ter pisado num chão de terra, apenas captando preconceitos, sentados à frente de um computador sem pensar, em momento algum, no gasto energético e ambiental da sua máquina de transmitir ideologias.

Consideramos, portanto ser necessário e urgente divulgar para o grande público a importância da pequena propriedade agrícola para a regeneração da natureza. Evidentemente quando falo em plantios não estou falando em restabelecimento da biodiversidade que o planeta levou milênios para formar. Ninguém minimamente informado pode acreditar que a ciência possa um dia restaurar ecossistemas que o ser humano, armado de tecnologia acabou por destruir. A teia da vida é obra de forças misteriosas que atuaram em nosso planeta durante milhões de anos. Mas é evidente também que o capitalismo, através do mau uso da ciência transformada em tecnologia, não vai poder continuar indefinidamente dilapidando a natureza e destruindo o meio ambiente, porque isso não ameaça exatamente a sobrevivência do planeta, mas sim a sobrevivência da própria humanidade.

Vai chegar, portanto o momento da virada - "o ponto de mutação" (CAPRA, 1982). Os seres humanos vão reivindicar uma ciência nova, voltada para o respeito a natureza. A terra vai ser considerada o que ela é realmente Gea ou Gaia - a mãe-terra.

Nesse momento, a busca dos núcleos de resistência camponesa vai desvendar os pontos da paisagem em que foi permitido às forças da natureza se reconstituírem em grande parte. E eles existem. A mãe-natureza é forte e resiste. Aquilo que os técnicos chamam de ervas-daninhas e se esforçam por destruir, nada mais é do que o ecossistema original tentando se reconstruir. Mas às vezes a mãe-terra se torna madrastra e as secas, enchentes e tsunamis podem ser considerados manifestações de revolta diante do horror que o industrialismo lhe impôs.

Nossa grande esperança reside no fato de que os seres humanos precisam dos alimentos. E é na pequena propriedade familiar que eles são produzidos de forma consciente. Essa consciência fazia com que, em culturas tradicionais, os grãos fossem considerados sagrados (WHITAKER, BEZZON, 2006). Mas ela ainda se manifesta com clareza, em formas menos místicas, porém eloquentes, no discurso de muitos assentados por nós entrevistados.

Observem o trecho abaixo, em entrevista obtida por Silvana Onofre na Fazenda Monte Alegre.

Depois foi quando eu entrei na Reforma Agrária e com a graça de Deus a gente conseguiu ganhar esse pedaço de terra.

Acampamos e ficamos sete meses debaixo da lona preta. E com a graça de Deus hoje a gente vem lutando. Ta difícil, não ta fácil... A luta é uma luta dura, mas estamos se mantendo. A gente ta se mantendo com produtos daqui. Com a graça de Deus nós colhemos a abobrinha que nós tínhamos plantado, um pouco de quiabo... Agora acabou e nós estamos preparando uma horta grande. Nós estamos mexendo já com essa horta. Essa horta é irrigada. Então nessa parte nós vamos mexer só com verduras de folha agora. Nós vamos plantar mais uma parte boa de cana para manter o nosso gado, porque eu quero ver se consigo mexer com uma criação de porcos. Porque a gente já tinha um pouco de porco e uns quatorze mil pés de mandioca. A mandioca que deu para nós vender, nós vendemos. A que ficou velha, nós tratamos de porco. Esses porcos a gente vem vendendo. Então eu comprei... (WHITAKER, 2003b, p.281-282).

A fala desse assentado desvela o mundo da agrodiversidade, onde até a cana aparece como alimento. Mas essa diversidade não para nesse pequeno "retrato" da Reforma Agrária. Quem conheceu os núcleos da Monte Alegre antes da invasão da cana sabe do que estamos falando: mandioca de diferentes cores, produção de peixes e rãs, frutas tradicionais do Brasil que não se encontram mais no mercado urbano de hortifrutigranjeiros, verduras e legumes em variações infinitas, re-plantio de árvores nativas, presença de animais dados como extintos como o lobo-guará... A lista tornaria infinito este artigo. Vejam em Whitaker e Fiamengue (2000) ou em Dulcelaine Lúcia Lopes Nishikawa (2004) a enorme gama de agrodiversidade e possibilidades dos assentamentos da Fazenda Monte Alegre. Para quem vive da terra e na terra e tem, portanto um lote de subsistência, as possibilidades de diversidade são infinitas. Em 2004 participando de um Congresso Mundial de Sociologia Rural na Noruega foi-nos possível perceber o quanto os governos dos países mais avançados estão se esforçando para estimular o sucesso do campesinato na base de um novo rural baseado na pluriatividade dos agentes e na multifuncionalidade da pequena propriedade de terra. Incrível que no Brasil isto esteja sendo obtido na base da luta, da reivindicação, do movimento social - desqualificando-se essa luta face à supervalorização do agronegócio.

A pergunta que se coloca é a seguinte: será possível ao movimento social resistir à sedução do grande capital que armado de tecnologia usa sua face produtiva como trunfo? Perguntando-se de outra forma. É possível ainda a via campesina diante das exigências

do consumismo das massas na Sociedade globalizada? A resistência de camponeses, caboclos, pescadores tradicionais e assentados de reforma agrária continuará preservando os pontos do planeta que permitirão o renascimento da natureza? O embate mal começou. Mas temos assistido à invasão de núcleos de assentamento por produção de cana para usinas, de soja ou gado para exportação e de outras expressões do Complexo Agroindustrial. Se não for possível aos pequenos agricultores resistirem à expansão definitiva do grande capital no campo, então qualquer possibilidade de reconstrução da natureza estará descartada.

Mas, se ao contrário, a humanidade resolver mudar um dia seu modo de produção e reconstruir o planeta, os assentamentos de Reforma Agrária terão representado importante papel como laboratórios de diversidade e da verdadeira sustentabilidade.

Quando o grande público compreender que a Reforma Agrária tem um significado que transcende seus benefícios óbvios como a distribuição de terras e o desenvolvimento de classes médias no campo, quando finalmente ficar claro seu papel essencial no resgate da natureza, será mais difícil à ideologia entender seu manto obscurecedor sobre a luta dos sem-terra. Mas se isso nunca for possível nos países dependentes como o Brasil, podemos assistir ainda a uma outra fragmentação histórica: países com altos índices de recuperação do meio ambiente, como já se anuncia hoje a Noruega, por exemplo; países intermediários marcados por luta entre diferentes modelos como a Austrália; países totalmente deteriorados, como já são algumas regiões da África, no qual a fome e a miséria são resultados da modernização globalizada e não da sua ausência; países com diferentes gradações para mais ou para menos, dependendo das vitórias ou derrotas dos seus específicos movimentos sociais...

A qual desses conjuntos de países iremos pertencer? A força do movimento social de luta pela terra é a nossa única esperança.

Referências

ARAÚJO, R.A. **Os "Pés Vermelhos" e a Proposta de Agrupamento da Escola Rural**. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1996.

BOURDIEU, P., CHAMBOREDON, J. C., PASSERON, J. C. **El Ofício de Sociólogo**. México/Madri: Siglo Veintiuno Editores, 1993.

BOURDIEU, P. A escola conservadora e as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (Orgs.) **Pierre Bourdieu, Escritos de Educação**. 10. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998. p. 39-64.

CAPRA, F. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cutrix, 1982.

CASTRO, E.G. **Entre Ficar e Sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2005.

FORTES, L. Golpe contra os camponeses. **Carta Capital**, São Paulo, ano XV, n.573, 25 de novembro de 2009.

MACHADO, V. **Estudantes em Assentamentos de Terras**: um estudo de aspirações por educação. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara: 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Lisboa, Presença, 1980.

NISHIKAWA, D.L.L. **Levantamento das Práticas Sustentáveis nos Assentamentos da Fazenda Monte Alegre na Região de Araraquara/SP**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental). USP/São Carlos, 2004.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

VELÔSO, T.M.G. **Frutos da Terra**: memória da resistência e luta dos pequenos produtores rurais de Camucim - Pitimbu/PB. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2002.

VELÔSO, T.M.G. Os Assentamentos Rurais no Litoral Paraibano: a proposta das feiras agroecológicas. In: BOTTAFERRANTE, V.L.S.; ALY JR., O. **Assentamentos Rurais**: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: Incra/Abra; Araraquara: Uniara, 2005. p.373-386.

WHITAKER D.C.A, ONOFRE, S.A. Orientação para o vestibular: ensaio sobre uma experiência realizada com jovens rurais. In: MELO-SILVA, L.L. **Arquitetura de Uma Ocupação**. São Paulo: Vetor, 2003. p. 291-312.

WHITAKER D.C.A.; ONOFRE, S.A. Representações sociais em formação sobre os vestibulares e sobre um cursinho comunitário na zona rural. **Revista Brasileira de Orientação Profissional** - ABOP, 2006 (aceito para publicação).

WHITAKER D.C.A.; ONOFRE, S.A.; PAIVA, F.N. **Cursinhos comunitários, esperança e desalento**: um estudo de casos em Assentamentos de Reforma Agrária. Comunicação Apresentada no 34º Encontro Anual do Centro de Estudos Rurais e Urbanos - USP, São Paulo, 2006.

WHITAKER, D.C.A.; SOUZA, M.F. **A luta pela terra**: representações sociais e preconceitos. Comunicação apresentada no 1º Seminário Nacional: A questão da terra: Desafios para a Psicologia. Conselho Federal de Psicologia, UNB, Brasília, 2006.

WHITAKER, D.C.A. Ideologia e Cultura. É possível conciliar dois conceitos tão antagônicos? In: MELO e SOUZA e outros (Orgs.) **Teoria e Prática nas Ciências Sociais**. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2003 A.

WHITAKER, D. C. A. La question de la diversité dans les noyaux de réforme agraire: Araraquara/São Paulo. In: AUBREE, M.; BERGAMASCO, S.M.P. (Orgs). **Cahiers du Brésil Contemporain**, Paris, n.51 e 52, 246, 2003 B.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem/CNPq, 2002.

WHITAKER, D.C.A.; BEZZON, L.A.C. **A Cultura e o Ecossistema**. Campinas: Alínea, 2006.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de Reforma Agrária: novos atores e novos espaços sociais no campo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Ano II, n.2, Programa de Pós-Graduação em Sociologia FCL/UNESP, 1995.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de Reforma Agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Ano VI, n.8, Programa de Pós-Graduação em Sociologia FCL/UNESP/NUPEDOR/CNPq, p.19-31, 2000.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Crianças em Assentamentos de Reforma Agrária: Um Estudo das Possibilidades de Um Novo Modo de Vida. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Ano VI, n.8, Programa de Pós-Graduação em Sociologia FCL/UNESP/NUPEDOR/CNPq, p.69-81, 2000.